

ENGENHARIA, POLÍTICA E OBRAS PÚBLICAS NO SEGUNDO REINADO: A TRAJETÓRIA DE AUGUSTO TEIXEIRA COIMBRA, CONSTRUTOR DO MATADOURO IMPERIAL DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO

Soraya Almeida

Departamento de Petrologia e Geotectônica, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 23897-000, RJ, Brasil

Palavras-chave: História da engenharia, Império do Brasil, Industrialização.

Resumo. A construção do Matadouro Municipal de Santa Cruz foi acompanhada de intensos debates pela imprensa. O contrato, assinado em 1874 entre o governo imperial e a empreiteira Coimbra & Farani foi rescindido quatro anos depois sob a alegação de descumprimento de cláusulas por parte da construtora. Augusto Teixeira Coimbra, sócio e engenheiro da empresa, foi acusado de diversas ilegalidades em uma série de artigos assinados pelo Ministério dos Negócios e publicados nos principais jornais da corte. Vários nomes da engenharia que posteriormente se tornaram conhecidos da história política nacional, como Pereira Passos e Abraão Reis, estiveram envolvidos na questão. Quanto a Augusto Teixeira Coimbra, as raras referências ao seu nome reverberam as acusações do governo, responsabilizando-o pelo descumprimento do contrato. A pesquisa aqui apresentada revela, contudo, que o engenheiro e sua empresa foram vítimas de disputas entre os Partidos Conservador e Liberal, controladores da política bipolarizada dominante no Segundo Reinado.

Endereço de e-mail: salmeida1966@gmail.com.

ENGINEERING, POLICY AND PUBLIC WORKS IN THE SECOND KINGDOM: THE TRAJECTORY OF AUGUSTO TEIXEIRA COIMBRA, CONSTRUCTOR OF THE IMPERIAL SLAUGHTERHOUSE OF SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO

Keywords: Engineering history, Empire of Brazil, Industrialization.

Abstract. The construction of the Municipal Slaughterhouse of Santa Cruz was accompanied by intense debates in newspapers. The contract signed in 1874 by the company Coimbra & Farani was terminated by the government four years later under the allegation of non-compliance. Augusto Teixeira Coimbra, partner and engineer of the company, was accused of several illegalities in a series of articles published by the Ministry of Business in the main newspapers of the court. Several engineers that later became known names of the national political history, such as Pereira Passos and Abraão Reis, were involved in the issue. As for Augusto Teixeira Coimbra, the rare references to his name echo the government's accusations, portraying him as responsible for the rescission. The research presented here reveals, however, that the engineer and his company were victims of disputes between the Conservative and Liberal Parties, which controlled the dominant bipolar policy in the Second Kingdom.

1 INTRODUÇÃO

O Matadouro Municipal de Santa Cruz foi inaugurado em 1881 passando a centralizar a produção de carne verde destinada ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro. O contrato com a empresa Coimbra & Farani, vencedora do edital de concorrência, foi assinado em novembro de 1874. Quatro anos depois, o contrato foi rescindido pelo governo sob a alegação de descumprimento de cláusulas por parte do engenheiro Augusto Teixeira Coimbra, sócio e responsável técnico da empresa.

O processo de rescisão foi intensamente debatido na imprensa e envolveu personagens que viriam a se tornar nomes conhecidos na política nacional. O Ministério dos Negócios, financiador do projeto, era chefiado, à época, por Carlos Leôncio da Silva Carvalho, futuro senador da República. O engenheiro Francisco Pereira Passos, posteriormente prefeito do Distrito Federal, atuou como consultor do ministério à época do lançamento do edital e durante a construção do matadouro. Christiano Benedicto Ottoni, depois senador do Império e da República, presidiu a comissão nomeada para avaliar os trabalhos realizados por Augusto Teixeira Coimbra. Também fizeram parte da comissão João Ernesto Viriato de Medeiros, futuro senador, Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim, que viria a presidir a Província do Ceará, e Aarão Leal de Carvalho Reis, engenheiro fiscal das obras do matadouro, mais tarde diretor do Banco do Brasil, deputado federal republicano e responsável pela construção de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais.

Após a rescisão do contrato, Aarão Leal de Carvalho Reis publicou uma série de artigos assinados pelo ministério e reproduzidos em vários jornais, justificando o rompimento unilateral do contrato e acusando Augusto Teixeira Coimbra de cometer diversas irregularidades com o objetivo de obter vantagens econômicas. Augusto Coimbra defendeu-se das acusações e questionou a legalidade da rescisão em textos publicados pelo *Jornal do Commercio*.

Ao espelhar artigos elaborados pelo ministério Costa [65] descreveu Augusto Coimbra como um empresário que teria obtido grandes lucros por meio de conluíus com membros não discriminados do governo. Contudo, os textos publicados pelo engenheiro em sua defesa e a pesquisa de sua biografia permitiram apreender uma história distinta da divulgada pelo Ministério do Império. O quadro que se revelou foi o de um cidadão que teve seu nome e carreira afetados por disputas no ambiente politicamente polarizado entre Liberais e Conservadores.

2 AUGUSTO TEIXEIRA COIMBRA ANTES DO MATADOURO DE SANTA CRUZ

A ruptura do contrato de construção do matadouro de Santa Cruz possui elementos que remontam ao período em que o pai de Augusto, o pernambucano Manuel Teixeira Coimbra, foi funcionário público em Niterói. Estudante de Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra desde 1823 [145], Manoel foi obrigado a retornar ao Brasil sem concluir o curso devido à guerra civil entre liberais e absolutistas. Em março de 1828, dois professores da universidade foram mortos quando faziam parte de uma comissão que viajava à Lisboa. Os assassinos encapuzados vestiam uniformes do Batalhão de Voluntários Acadêmicos, força estudantil liberal que combatia a facção absolutista de D. Miguel. Nove estudantes foram julgados e enforcados sem que seu envolvimento fosse totalmente comprovado. A universidade foi fechada e reaberta apenas em 1834. Manuel Coimbra, como era praxe entre os estudantes, estava registrado na 3ª companhia de voluntários [146].

De volta ao Brasil, Manoel Teixeira Coimbra foi contratado como amanuense na Tesouraria da Província do Rio de Janeiro e, em 1832 obteve transferência para a contadoria de Recife [9],

mas retornou à corte em dezembro de 1834 para ocupar a vaga de secretário da tesouraria da Província do Rio de Janeiro, então recém separada da capital [134]. Durante os dez anos seguintes, residiu em Niterói, capital da nova província, onde nasceu seu filho Augusto, em 27 de maio de 1839 [70, 122]. Em 1842, foi promovido a oficial maior, cargo ocupado até 1844 quando foi demitido pelo presidente Aureliano de Souza Oliveira Coutinho [67, 128].

Integrante do Gabinete Liberal instalado em fevereiro de 1844, Aureliano Coutinho assumiu o lugar de João Caldas Vianna, do Partido Conservador. Os primeiros dias de gestão do seu governo foram marcados por demissões em massa de funcionários em diversas cidades fluminenses [119] e a exoneração de Manuel Teixeira Coimbra, tido como funcionário exemplar, foi apresentado pela imprensa como exemplo das arbitrariedades cometidas pelo novo presidente [1, 10, 14, 107, 120, 121]. O jornal O Brasil destacou seus quatorze anos dedicados ao serviço público e atribuiu a demissão ao fato de Manoel Coimbra não ter votado em Saturnino de Souza Oliveira, irmão de Aureliano e pivô da queda do Gabinete Conservador, para senador [7, 130]. Em janeiro de 1844, o presidente do Conselho de Ministro, Honório Hermeto Carneiro Leão havia pedido a dispensa de Saturnino de Souza do cargo de inspetor da Alfandega. A demissão foi negada pelo Imperador, o que levou à renúncia de Carneiro Leão e à ascensão do Gabinete Liberal [69].

Outros afirmavam, contudo, que a exoneração era resultado de uma carta mal redigida por Aureliano Coutinho. Manoel Coimbra, mesmo percebendo as falhas na composição do texto, teria copiado e lavrado o documento sem alertar ao presidente sobre a existência de pleonasmos [4].

Como forma de protesto por sua demissão, Manoel Coimbra publicou nos jornais uma sequência de declarações onde os ex-presidentes atestavam os bons serviços por ele prestado, seguida da carta de demissão onde, em poucas linhas, se lia “Não podendo Manoel Teixeira Coimbra desempenhar com vantagem do serviço público o lugar de oficial-maior da secretaria dessa presidência, demito-o do referido lugar” [131].

Após a demissão, a família Coimbra passou por privações e mudou-se de Niterói para a Rua do Barbonos, na área central do Rio de Janeiro [7]. Augusto Teixeira Coimbra tinha em torno de cinco anos à época e o evento terá efeitos em sua vida futura.

Em 1845 Manoel foi contratado pela Empresa de Navegação Inhomirim, presidida por Irineu Evangelista de Souza e fundada à Companhia de Nickteroy em 1852. Como diretor da empresa, era responsável pela contabilidade, produção de relatórios, distribuição de dividendos, manutenção das barcas, controle das linhas de navegação, fiscalização dos funcionários e atendimento aos clientes [58, 82].

Em maio de 1854, Augusto Coimbra, então como quatorze anos, partiu para Londres a fim de estudar ciências aplicadas no King’s College com bolsa do Ministério da Marinha [96].

É possível que Manoel Coimbra tenha optado por enviar o filho para a Europa visando sua especialização em engenharia hidráulica, área que, no Brasil, era dominada por estrangeiros. Mas também é plausível que temesse que o filho enfrentasse dificuldades caso estudasse na Academia Imperial Militar, instituição então responsável pela formação de engenheiros no Rio de Janeiro, pois seu diretor, Francisco de Paula Vasconcellos, tinha laços políticos com Aureliano Coutinho, com quem esteve diretamente envolvido no Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1831 [147].

No King’s College, Augusto Coimbra foi premiado em 1856 pelo seu desempenho na cadeira de topografia. No ano seguinte recebeu prêmios por destaque em matemática, filosofia natural, topografia, desenho geométrico e geologia e, em 1858, foi o único aluno premiado na cadeira de mineralogia, ministrada por James Tennant, mineralogista oficial da Rainha Vitória. No ano de conclusão do curso, recebeu o “certificado de honra”, distinção não obtida por nenhum dos alunos da universidade nos quatro anos anteriores [85]. Seu desempenho na

universidade o qualificou ao curso de pós-graduação no King's College, mas seu ingresso foi impossibilitado por professar a religião católica [101].

Sem deixar suas atividades na Cia. de Navegação Nickteroy-Inhomerim, Manoel Coimbra assumiu, ao final de 1858, a gerência da Associação Central de Colonização, empresa criada em 1855 e que tinha Irineu Evangelista de Souza entre seus diretores [66]. A associação realizava o transporte de trabalhadores da Europa para o Rio de Janeiro, abrigava-os temporariamente na Ilha de Bom Jesus e intermediava a contratação com empregadores de diversas regiões do Brasil [139]. Nesse ano, Augusto Coimbra iniciou estágio em engenharia hidráulica no escritório de Mr. John Hankshaw, vice-presidente do Instituto dos Engenheiros Civis de Londres, com pensão paga pelo governo diretamente a Hankshaw [127]. Encerrado o prazo destinado ao estágio, em maio de 1861, Augusto solicitou a manutenção da bolsa por mais um ano, a fim de acompanhar a finalização das obras nas quais praticava. O ministério autorizou sua permanência, mas sem bolsa, revendo sua posição após receber boas referências da Inglaterra [94]. Findo o estágio, Augusto permaneceu no Reino Unido para organizar os produtos do Compartimento Brasileiro na Exposição Internacional de Londres [72]. Seu desempenho no evento foi elogiado em relatório de Carvalho Nogueira, presidente da comissão [2].

Após viver quase dez anos na Inglaterra, Augusto Coimbra retornou ao Brasil com 24 anos, em junho de 1863. No mês seguinte ao seu retorno foi nomeado assistente do engenheiro inglês Charles Neate, diretor das obras da alfândega do Rio de Janeiro e também oriundo do King's College [71, 97].

Em outubro de 1865 foi enviado a Santos com a missão de elaborar um projeto de melhoria do cais da cidade e cuidar da manutenção de logradouros públicos [125, 126]. Na cidade paulista, tornou-se amigo do naturalista e explorador Richard Burton, que ali atuava como cônsul britânico. Burton menciona o engenheiro no livro em que narra suas viagens pelo Planalto Brasileiro [21] e, também, nas correspondências com o amigo em comum, Albert Tootal, que representava a empresa exportadora de café John Bradshaw no Rio de Janeiro [60] e mundialmente conhecido por ter traduzido para o inglês a obra do alemão Hans Standen. Em seus textos, Burton refere-se a Augusto como “meu amigo engenheiro” e “velho parceiro”. Durante uma excursão feita por ambos pela Província de São Paulo, Augusto teve um diamante proveniente do Rio Verde engolido por uma galinha ao cair no chão. O incidente é narrado no livro de Burton e comentado em uma das cartas de Isabel Burton [21, 144]. Em 1866, Coimbra e Burton obtiveram autorização para um projeto de pesquisa de chumbo, estanho e outros metais na Serra de Iporanga, na Província de São Paulo. A autorização de pesquisa foi prorrogada em 1868 [92], mas não foi levada à cabo, pois Richard Burton deixou o Brasil em 1869 para ocupar o cargo de cônsul na Síria.

Em outubro de 1868 Augusto Coimbra foi nomeado inspetor de obras públicas da Província de São Paulo, cargo que deixou em novembro de 1869, quando retornou ao Rio de Janeiro [136] motivado, supostamente, por problemas econômicos de sua família. Ao deixarem a Rua dos Barbonos em 1849, os Coimbras haviam se mudado para a rua da Misericórdia, na área central da cidade [86]. Em 1852, com a melhoria das condições econômicas, a família adquiriu uma chácara na rua São Clemente, em Botafogo [87], mas a estabilidade não foi duradoura pois, em julho de 1864, a Associação Central de Colonização encerrou suas atividades ao ser encampada pela Agência Oficial de Colonização [139] e, em 1865, após dez anos de funcionamento, a Navegação Nitheroy-Inhomerim fechou, derrotada pela concorrência da Companhia Ferry [137]. Com a perda de suas principais fontes de renda não foi possível a Manuel Coimbra manter a chácara e em agosto de 1869, a propriedade foi a leilão como resultado de um processo movido por Joaquim Soares da Costa Guimaraes contra Manoel e Augusto Coimbra. Além da

chácara, também foram leiloados os móveis e objetos pessoais da família. Peças não vendidas foram novamente levadas a leilão em abril do ano seguinte [8, 133].

Não foram encontrados registros do exercício de qualquer atividade profissional de Manoel Coimbra durante 1866 e, a partir de 1867, ele passou a trabalhar como secretário da Cia. da Estrada de Magé à Sapucaia, empresa na qual permaneceu até parar de trabalhar por problemas de saúde em 1874 [90, 102].

Após deixar Botafogo, a família mudou-se para a Rua do Resende, no centro da cidade. Augusto Teixeira voltou a trabalhar na alfândega, na função de ajudante da Diretoria de Obras Hidráulicas e Internas [77] e, durante 1869 e 1870 integrou a Seção de Geologia Aplicada e Química Industrial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional [142, 143].

Em 1871, Augusto Coimbra casou-se com Argentina Adélia de Alencar [29]. Argentina, então com 20 anos, era irmã do escritor José de Alencar, que fazia parte do círculo de amigos de Augusto, como é possível aferir da correspondência entre Richard Burton e Alberto Tootal [144]. Ademais, Ignácio Wallace da Gama Cochrane, irmão da esposa do romancista, atuava como engenheiro em Santos na mesma época em que Burton e Augusto Coimbra residiam na cidade e, provavelmente, frequentavam os mesmos grupos sociais [88]. Posteriormente, Isabel Burton foi responsável pela versão em língua inglesa de Iracema, escrito por José de Alencar.

3 1874-1878: AS OBRAS DO MATADOURO PÚBLICO DE SANTA CRUZ

O edital de concorrência para construção do matadouro de Santa Cruz, publicado em 16 de janeiro de 1874, continha descrições gerais sobre dimensões, disposição dos edifícios e qualidade dos materiais utilizados; estabelecia um limite de gastos no valor de 2.000.000\$000; uma fiança de 20.000\$, a ser depositada pelos concorrentes e um prazo de três anos para sua execução. As empresas participantes teriam até um mês para apresentar a proposta [68].

Com o propósito de participar da concorrência, Augusto Coimbra, Pedro Farani, José Feliciano Castilho e Pedro Bandeiro de Gouveia, constituíram a empresa Coimbra & Farani, com capital de 150.000\$000 [30]. É provável que para a abertura da empresa, Augusto Coimbra tenha feito uso de recursos de sua esposa pois, nesse ano, Argentina Adélia de Alencar fez a transferência de seus bens e dote ao marido [148].

Além de Coimbra & Farani, mais três empresas se apresentaram: a pertencente ao Visconde de Barbacena, que apresentou duas propostas, e as empresas Guichard & Cardoso e Sebastião Gomes da Silva Belford & Sócios, cada qual com três propostas. As ofertas foram abertas na seção da câmara de 19 de fevereiro e encaminhadas à uma comissão formada por cinco engenheiros da Diretoria de Obras Municipais. Na avaliação da comissão, apenas uma das propostas de Guichard & Cardoso atendia a todos os quesitos do edital, apesar de não possuir a beleza e elegância do projeto proposto por Coimbra & Farani, descartado por exceder o orçamento em 288:000\$000. Analisadas as propostas em 4 de março, os vereadores foram unânimes na opinião de que o projeto de Coimbra & Farani era o melhor. Três vereadores aprovaram o parecer dos engenheiros em favor de Guichard & Cardoso, dois aprovaram com ressalvas, dois foram contra e um se absteve [23]. As declarações de voto dos vereadores revelam o desconforto da câmara em assumir a responsabilidade pela escolha visto que as operações de crédito seriam feitas pelo ministério. Chrysostomo Monteiro, que anteriormente havia se manifestado contrário ao lançamento do edital por julgar ser 30 dias um prazo insuficiente para a elaboração dos projetos, se pronunciou pela anulação da concorrência e a fixação de um prazo de quatro meses para a confecção de novas propostas. A grande divergência dos valores provava, segundo ele, que os proponentes não tiveram tempo suficiente para os estudos necessários [23]. Para João Fortunato Saldanha da Gama, os 2.000.000\$000 seriam insuficientes para a construção das obras necessárias ao controle das inundações

frequentes na região [79].

Chamado a dar seu parecer, o engenheiro Francisco Pereira Passos sugeriu que fossem feitas modificações no projeto tido por todos como o melhor, de modo a reduzir os custos e permitir sua execução. Augusto Coimbra foi consultado e as alterações acordadas entre as partes. O contrato foi assinado em 25 de julho de 1874 e os planos aprovados pelo ministério em 12 de dezembro. Coimbra & Farani depositaram caução de 50:000\$ e a empresa Farani, Domingos & Irmãos, pertencente ao pai e tio de Pedro Farani, assinou como fiadora [40, 47, 89].

Em janeiro de 1875, o Ministério do Império nomeou fiscal das obras o recém graduado em engenharia Aarão Leal de Carvalho Reis, então com 22 anos [105].

Os trabalhos de escavação e aterramento iniciaram em fevereiro e a construção do prédio administrativo em março de 1875. Na fase de nivelamento, Augusto Coimbra constatou que a área demarcada para construção de alguns edifícios era inadequada por serem muito alagadas [47]. Aarão Reis era da mesma opinião, mas ambos divergiram na escolha do novo local. Em ofício enviado ao ministério em 4 de março, Augusto Coimbra indicou os terrenos que considerava mais seco. Aarão Reis propôs um local alternativo, pois considerava a região sugerida pelo engenheiro muito próxima ao Rio Ita e à povoação de Santa Cruz. O empreiteiro, por sua vez, afirmou que o local designado por Aarão necessitaria de um grande volume de aterro e elevação da altura dos alicerces, encarecendo em demasia a obra. Argumentou, ainda, que a distância do Rio Ita era quase a mesma em ambos os locais e que a proximidade da vila não seria impeditiva, pois uma povoação viria a se formar naturalmente ao redor do novo matadouro, como ocorria em todos os lugares que possuíam indústrias semelhantes. A câmara, ao ser consultada, aprovou, de forma unânime, o local indicado por Coimbra [38, 50].

Entretanto, o ministério tinha opinião diversa e, em abril, solicitou que Augusto Coimbra assinasse um documento declarando concordância com o local designado por Aarão Reis. Em resposta, Coimbra comunicou que faria a obra onde lhe fosse determinado, pois o contrato não lhe garantia o direito de escolha, mas não daria concordância técnica. Em 4 de maio o governo mudou de ideia, determinando que o matadouro fosse construído no local originalmente previsto no contrato, divergindo, portanto, tanto do empreiteiro como do engenheiro fiscal. Coimbra obteve autorização apenas para deslocar a área em 100 na direção do morro, onde as terras eram mais secas [51]. O impasse sobre o local da construção desses edifícios só viria a ser oficializado, contudo, um ano depois, em 3 de fevereiro de 1876, quando o governo indeferiu a representação da Câmara Municipal, que havia acatado as sugestões do construtor [48].

Em setembro de 1875 deu-se o primeiro embate público entre Augusto Coimbra e o Partido Liberal. No dia 9, o chefe do partido, Senador Pompeu (Tomás Pompeu de Souza Brasil), criticou várias ações do governo conservador e, entre elas, a assinatura do contrato de construção do matadouro. Na sua perspectiva, a empresa Coimbra & Farani havia modificado seu preço após ter conhecimento das propostas dos concorrentes e escolhido uma área pantanosa para sua instalação [63]. Augusto Coimbra rebateu as acusações de Pompeu na edição de 12 de setembro no Diário do Rio de Janeiro, esclarecendo não ter sido responsável pela escolha do local e ter recebido da câmara a proposta de adequar seu projeto aos limites do orçamento [32]. A declaração de Pompeu sobre a escolha do local era, de fato, inverídica. A seleção da área de construção começou a ser debatida nos jornais antes do lançamento do edital, em janeiro de 1874 [103]. Três opções eram apresentadas, todas nos limites da Fazenda Imperial de Santa Cruz: os terrenos do Curtume, nas proximidades da Ponte dos Jesuítas; a Barra do Guandu e o Campo de São José, sendo esse o local escolhido pelo presidente da Câmara Municipal, Comendador Antônio Barroso Pereira que havia examinado pessoalmente os locais sugeridos [75]. O decreto nº 5817 emitido em 12 de dezembro de 1874 aprovando os planos complementares já indicava o Campo de São José como o espaço de construção do

matadouro [104]. A controvérsia entre Augusto Coimbra e Aarão Reis ocorreu posteriormente, em 1875, e dizia respeito a terrenos internos ao Campo de São José, sem relação com a escolha da região no âmbito da Fazenda Santa Cruz.

O pagamento à empresa era realizado sobre obras executadas, cabendo a Aarão Reis fazer a medição do serviço. Dez por cento do valor pago era retido como caução e adicionado ao depósito fiança. O primeiro pagamento à empreiteira foi feito somente em outubro de 1875, dez meses após a assinatura do contrato [45, 53, 54, 110] Nesse mês, Aarão Reis aprovou a pavimentação com macadame de áreas anteriormente projetadas para receber paralelepípedos [48, 52, 110].

Em novembro de 1875, a empresa fiadora do contrato, Farani, Domingos & Irmãos, decretou falência e o governo imperial exigiu de Coimbra & Farani o depósito de nova fiança [105].

Em 24 de outubro de 1876 Pedro Farani faleceu. Não se sabe a causa de sua morte, mas o fato de ter sido amparado em seus últimos dias pelo amigo Luís Pinto Mello com risco da própria saúde, sugere uma doença contagiosa. Pedro Farani não se encontrava na cidade e seu corpo foi conduzido ao Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro D. Pedro II no dia seguinte à sua morte [12, 132]. O poeta e jornalista Octaviano Hudson dedicou-lhe o poema Lamentação, no livro Peregrinas [78].

A perda do sócio desestruturou a empresa pois, enquanto Augusto Coimbra detinha o conhecimento técnico, a família Farani possuía experiência no setor de obras, além de bom relacionamento com a elite carioca. Domenico e Cesare Farani, pai e tio de Pedro Farani, eram funileiros imigrados do sul da Itália quando tiveram seus talentos descobertos pela Imperatriz Tereza Cristina, que era natural de Nápoles. Tereza Cristina os enviou à Itália para se especializarem em ourivesaria e, em 1846, os irmãos Farani abriram uma joalheria na rua dos Ourives, posteriormente transferida para a rua do Ouvidor, onde se tornou ponto de encontros de escritores, artistas e intelectuais [27, 140].

A família Farani foi uma das primeiras a atuar na área imobiliária no Rio de Janeiro, investindo em terras destinadas a loteamentos e urbanizando várias áreas da cidade, incluindo Botafogo, onde os irmãos abriram a Rua Farani. Até meados do século XIX, os loteamentos das antigas chácaras e engenhos eram realizados pelos próprios donos [138].

Aparentemente, Pedro Farani procurou introduzir Augusto Teixeira Coimbra na sociedade política da corte. O nome de ambos é visto em listas publicadas nos jornais, de pessoas recepcionadas por D. Pedro II nos beija-mãos. Após a morte de Pedro Farani, Augusto Coimbra deixou de constar entre os recepcionados.

Com a morte do filho, Domingos Farani solicitou ser sub-rogado nos direitos e obrigações no contrato de construção do matadouro, mas o pedido foi indeferido pelo Ministério de Negócios sob a alegação de ser a obrigação *in solidum*, ficando Augusto Teixeira Coimbra como único responsável pelo empreendimento [118].

Apesar dos percalços, ao final de 1876, a Repartição dos Negócios do Império constatou que quase todos os alicerces dos edifícios do matadouro estavam prontos; as paredes de dois currais erguidas e já bastante adiantadas a casa de matança central e duas séries de casas de funcionários [17]. Em 12 de novembro o governo autorizou um adiantamento de 50.000\$000 à empresa, valor a ser descontado na última parcela do contrato, mas, nesse mês, surgiu um obstáculo ao andamento das obras: o Brigadeiro Azeredo Coutinho, que substituiu Pereira Passos como consultor técnico do ministério, sugeriu a troca do projeto por um novo sistema de abate. Para que isso fosse feito, seria necessário substituir as quatro casas de matança por um armazém de carne e um telheiro de charqueada. A troca geraria, segundo Azeredo Coutinho, uma economia em torno de 71.000\$ e uma redução de 82 m² de área construída. Quatro dos prédios já construídos poderiam ser mantidos, mas com mudança das fachadas e adição de quatro portas em cada unidade [55, 108].

A partir de janeiro de 1877, o regime de pagamento trimestral passou a ser mensal, se igualando à forma de repasse adotada nas obras do sistema de abastecimento d'água e de esgotamento sanitário que estavam sendo executadas por Antônio Gabrielle e Joseph Hancox, respectivamente [45, 53, 54, 108].

Em 12 de fevereiro de 1877 o Brigadeiro Azeredo Coutinho autorizou a condução de águas do Rio Guandu, ação solicitada por Coimbra em junho de 1876, após constatar não ser possível obter a vazão exigida em contrato pela captação no Rio Ita ou por meio de poços. A autorização de Coutinho foi registrada em termo seis meses depois, em 3 de setembro, ensejando Augusto Coimbra a viajar para a Europa a fim de comprar o material necessário à canalização [35, 49, 55, 56, 110].

Entretanto, a questão sobre o modelo de construção a ser adotado para as casas de matança ainda não estava decidida, paralisando as obras e levando a demissão de vários funcionários. Em 20 de abril, uma comissão formada por Honório Bicalho; Ernesto Guinet e pelo fiscal Aarão Reis, havia sido nomeada para analisar o andamento da obra e a possibilidade de adoção da proposta de Azeredo Coutinho. O relatório apresentado pela comissão em 3 de agosto se pronunciou a favor da alteração da planta original e elogiou a atuação de Aarão Reis pela qualidade das obras já concluídas. A opção pelo método de Azeredo Coutinho foi oficializada em termo de setembro de 1877. Com a mudança do projeto os alicerces de alvenarias de pedra dos edifícios que viriam a ser alterados foram perdidos [35, 40, 55, 109].

Enquanto lidava com os problemas consequentes da alteração do projeto original, Augusto Coimbra precisou lidar com um infortúnio familiar - a morte do cunhado José de Alencar, em 12 de dezembro de 1876. Após a morte do escritor, Argentina Alencar e filhos foram abrigados por Augusto Coimbra [149].

4 1878: ANO DA ASCENSÃO DO PARTIDO LIBERAL E DA RESCISÃO DO CONTRATO

Com a dissolução do Gabinete Caxias em 5 de janeiro de 1878, o Partido Liberal ascendeu ao poder com João Lins Vieira Cansação de Sinimbu na presidência do Conselho de Ministros e Carlos Leôncio da Silva Carvalho no Ministério de Negócios, então responsável pelas obras matadouro. Assim como aconteceu com Manoel Coimbra em 1844, a mudança de gabinete afetou o trabalho de Augusto. As desavenças de seu pai com o Partido Liberal eram bem conhecidas e seu cunhado José de Alencar havia sido Ministro da Justiça pelo Partido Conservador entre 1868 e 1870. Augusto, por sua vez, havia confrontado publicamente a fala do Senador Pompeu em 1875, quando esse era presidente do partido. Por fim, o Matadouro Público de Santa Cruz era uma dentre as várias obras criticadas por membros do Partido Liberal que, ao assumir o poder, decidiu revisar o contrato.

No dia 21 de fevereiro, o novo ministério exigiu a devolução, no prazo de quinze dias, do adiantamento de 50.000\$000 repassado à empresa em 1876 e declarou o retorno aos pagamentos trimestrais [31]. Augusto Coimbra, que conseguiu levantar a soma e restituir o adiantamento [35], estava passando por um momento extremamente difícil em sua vida pessoal. Seu filho Aurélio havia morrido de convulsões em 12 de fevereiro, com um ano de idade [91].

Os desentendimentos entre a Augusto Coimbra e Aarão Reis se tornaram mais frequentes com a ascensão do Partido Liberal. Aarão Reis ordenou a mudança de local de um alpendre, o levantamento de mais duas casas de funcionários, alteração das janelas do prédio da administração e a construção de um talude ao longo da barreira produzida pela extração de aterro no morro próximo ao matadouro [48, 113, 114]. Coimbra recusou-se a construir o talude, alegando não estar a obra orçada no contrato e que sua construção favoreceria a erosão ao invés de evitá-la, por serem os terrenos inclinados mais facilmente sulcados que cortes à prumo [41]

(a barreira mantém, até hoje, o corte vertical, como pode ser observado ao longo da rua Ferreira Nobre).

No segundo semestre de 1878 Aarão Reis procedeu a um levantamento das alterações que considerava concessões feitas ao engenheiro. Apontou detalhes como a redução em 60 cm na largura das saletas do prédio administrativo; o rebaixamento de 6,6 para 5,75 m do pé direito das casas dos empregados; o recuo em 22 m da grade em torno do prédio administrativo (realizado com o objetivo de manter em área externa a via de acesso ao matadouro); a não utilização de tinta a óleo nas paredes internas das casas dos funcionários (o edital referia-se às esquadrias de madeira e não às paredes) e vários outros pormenores [39, 40, 108, 115]. Coimbra alegou que as alterações não caracterizavam quebra de contrato, pois haviam sido aprovadas por Pereira Passos e que Aarão Reis não mencionava as modificações por ele requeridas [48, 114].

A questão da captação d'água voltou a ser debatida, com questionamentos por parte de Aarão Reis sobre a capacidade de abastecimento e qualidade das águas do Rio Guandu [111]. Na noite de 3 de julho Augusto Coimbra, que já havia importado os materiais para a canalização, foi a casa do ministro munido do parecer da junta de higiene pública que qualificava como potável as águas do Rio Guandu. O ministro descartou o Rio Guandu como opção e lhe incumbiu de elaborar um projeto de canalização das águas do Rio da Prata. Coimbra passou a noite em claro elaborando o plano, entregue ao ministro às 9 horas da manhã seguinte [43, 48].

Vencido o prazo para término das obras, em 12 de julho, Augusto Coimbra ainda aguardava a decisão do ministério sobre o tipo de telhado a ser adotado na casa de matança e sobre as alterações propostas por Aarão Reis. No dia 14, o ministério lhe respondeu que fizesse emboço e reboco antes do telhamento, o que deixaria as paredes expostas às intempéries [16, 38, 39, 57]. No dia 15 um despacho de Carlos Leoncio de Carvalho informou que não aceitava as alterações sugeridas por Aarão Reis, nem admitia a substituição de paralelepípedo por grama ou macadame em quaisquer locais [123].

No final de julho, o governo aplicou uma multa de 14.000\$ sobre o pagamento do mês, sem levar em consideração as paralizações provocadas pela indecisão do próprio governo em relação aos rumos do projeto, e instituiu multa semanal por atraso no valor de 2.000\$, retroativa a data contratual de finalização da obra. Com a interrupção do pagamento, o salário dos operários deixou de ser pago a partir de agosto. A empresa, que chegou a ter 800 trabalhadores, possuía naquele momento 370 funcionários, entre os quais vários migrados do Nordeste e imigrantes italianos. Em 5 de agosto, Aarão Reis exigiu a contratação de mais 300 trabalhadores. No dia 10, Coimbra solicitou a indicação de árbitros para julgamento das divergências, mas o ministério negou declarando não existirem dúvidas que justificassem o pedido [18, 35, 48].

No dia 17 de setembro, o engenheiro recebeu um documento coletado pessoalmente pelo próprio ministro em visitas ao matadouro, assinado por 132 trabalhadores que exigiam o pagamento de seus salários. A carta foi tornada pública pelo ministério por meio da imprensa [35, 48, 73].

Em comunicado de 18 de setembro, o ministro reconheceu as águas do Rio Guandu como inadequadas, sem fazer qualquer referência ao projeto de captação de águas do Rio da Prata elaborado por Augusto Coimbra a seu pedido. No mesmo comunicado, substituiu a expressão “superior a 300”, utilizada por Aarão Reis para ordenar a contratação de funcionários para “elevado a 300”, indeferiu o pedido de prorrogação da obra, manteve a multa semanal por atraso, reiterou a obrigatoriedade da construção do talude e determinou o calçamento por paralelepípedo de uma área de 28.900 m² [35, 39, 42, 46, 124].

Em 24 de setembro, Augusto Coimbra solicitou ao ministério que consultasse a Seção de Negócios do Império do Conselho de Estado, como determinava a cláusula XXXV do contrato

para os casos de dúvidas ou contestações entre engenheiro fiscal e empreiteiro, mas não teve resposta ao ofício [44].

No dia 14 de outubro o ministério publicou nos jornais que rescindiria o contrato caso a empresa não pagasse os funcionários e retomasse os trabalhos em 15 dias [28]. Augusto Coimbra logrou a captação de 30.000\$000, com os quais quitou os salários e reiniciou as atividades com 100 operários um dia antes do prazo determinado [34, 36].

Em 7 de novembro, o ministro visitou novamente as obras acompanhado por Aarão Reis e se reuniu com alguns trabalhadores aos quais garantiu ter recursos para o pagamento dos salários, prometendo a emissão de vales salariais em três dias. Na opinião de Coimbra, o objetivo do ministro era fazer com que os operários acreditassem ser a empresa e não o ministério, a responsável pelo atraso nos pagamentos [33, 36]. Dois dias depois, o contrato foi rescindido pelo decreto imperial 7.078 com base em duas justificativas: 1) o abandono das obras por mais de um mês e 2) o não retorno no prazo ordenado pelo engenheiro fiscal [33, 34]. Nenhuma das demais acusações feitas a Augusto Coimbra foi citada.

No dia seguinte ao rompimento do contrato, domingo de 10 de novembro, Aarão Reis dirigiu-se à Santa Cruz munido de uma carta do ministro e requisitou ao subdelegado de polícia que a cavalaria e uma força policial montassem um cerco ao redor do matadouro. Sentinelas foram colocados nos acessos e nos prédios com ordens de não deixar ninguém entrar e de impedir a retirada de qualquer objeto. Augusto Coimbra questionou a legitimidade do uso de força armada e sequestro de bens sem intervenção do poder judiciário, iniciando a publicação de uma série de artigos no Jornal do Commercio denunciando a ilegalidade da rescisão do contrato [36, 37]. O governo, por sua vez, encarregou Aarão Reis de elaborar textos em defesa do ministério, que foram publicados no Diário Oficial e replicados em vários jornais.

Uma comissão de engenheiros liderada por Christiano Benedicto Ottoni foi nomeada em 19 de novembro para avaliar a situação das obras e inventariar os materiais adquiridos pela empresa para efeitos de indenização ao governo [84]. Além de Ottoni, faziam parte da comissão João Ernesto Viriato de Medeiros, Jeronymo Rodrigues de Moraes Jardim, Carlos Krauss e o próprio Aarão Reis [74]. Em 18 de dezembro a comissão foi acrescida de mais cinco membros: Misseno José Tavaireira, Alfredo Henrique Pacheco, Christiano Ottoni Júnior e o secretário do Império Pedro Guedes de Carvalho [19]. Nesse ínterim, Augusto Coimbra havia aberto um processo na justiça exigindo indenização por parte do ministério.

Ao final de dezembro de 1878, Aarão Reis admitiu em uma de suas publicações que a razão legal da rescisão era unicamente o descumprimento do prazo. Em seu 12º e último artigo, de 4 de janeiro de 1879, ao mencionar a ação aberta por Augusto Coimbra contra a administração pública, assumiu a motivação política dos ataques ao engenheiro “O nosso fim único, exclusivo, nesses pobres escritos, tem sido e é, defender os atos do atual gabinete relativo a essas obras, sem de modo algum pretender intervir no pleito judicial que ora corre nos seus tramites legais. O juiz a quem pleiteamos é o país [...]” [112, 113, 114].

5 ACONTECIMENTOS PÓS-RESCISÃO CONTRATUAL

O relatório da comissão liderada por Christiano Ottoni foi apresentado em 27 de fevereiro de 1879. Os membros estimaram que a tabela usada para cálculo do orçamento à época da concorrência teria um sobrepeso de 16 2/3 a 20 %. Entretanto, informava o relatório, os valores, assim como todas as alterações contratuais haviam sido firmadas com o governo que não tinha, portanto, direito a nenhum tipo de restituição. Até a data da rescisão o limite de gastos não havia sido atingido, tendo sido repassado 1.679.983\$300 à empresa. A comissão calculou em 621.361\$639 o montante necessário para conclusão das obras, nos quais estavam inclusos os custos com os cortes de talude, canalização do Rio Guandu e reparo de danos causados pela

paralisação das obras, itens não constantes do contrato. Sobre esse valor aplicaram um desconto de $16 \frac{2}{3} \%$, o que reduziria a despesa para 517.801\$377. Essa quantia, subtraída daquela que Augusto Coimbra ainda teria a receber e do valor atribuído aos bens inventariados retidos no matadouro, reduziria para 154.040\$071 a quantia necessária a finalização da obra. O jornal O Mequetrefe acusou o ministério de forçar a comissão a escrever um parecer que justificasse a rescisão, utilizando preços falsos na estimativa de custos [93]. A edição de 26 de maio publicou uma caricatura onde Aarão Reis era representado como um cão à caça de Augusto Coimbra, guiado por Leôncio de Carvalho [106] (Figura 1).

Em relação ao método de abate, a comissão sugeriu que fosse adotada a proposta de Azeredo Coutinho para a casa de matança de bovinos e que se mantivesse o projeto original das casas de matança de suínos e lanígeros [19].

As obras foram retomadas treze meses após a rescisão do contrato, sob a responsabilidade do engenheiro Domingos José Rodrigues que assumiu o contrato por 252.505\$026 [19].

Em abril de 1879, Augusto Coimbra publicou um livreto no qual reuniu os dados por ele publicados na imprensa, anexados dos documentos que provariam a ilegalidade da rescisão do contrato [80]. Aarão Reis, por sua vez, também reuniu seus argumentos em uma publicação [13].

A ação movida contra o ministério por Augusto Coimbra pedia o pagamento de 713.960\$280 correspondentes ao depósito retido como calção no Tesouro Nacional, acrescido da multa por rompimento do contrato e do custo dos materiais por ele deixados na obra. O acordo com o governo foi fechado em dezembro de 1881, próximo a data de inauguração do matadouro e mais de três anos após a rescisão do contrato, no valor de 152.590\$686 [116].

No dia 30 de dezembro o matadouro foi inaugurado e, nos meses que se seguiram, as obras continuaram a ser debatidas na imprensa. O jornal Carbonário descreveu o matadouro como um “cancro” que consumia somas do tesouro, usando várias alcunhas depreciativas na descrição do novo empreiteiro, Domingos José Rodrigues, acusado de incompetência e de fraude nas prestações de contas [61, 64].

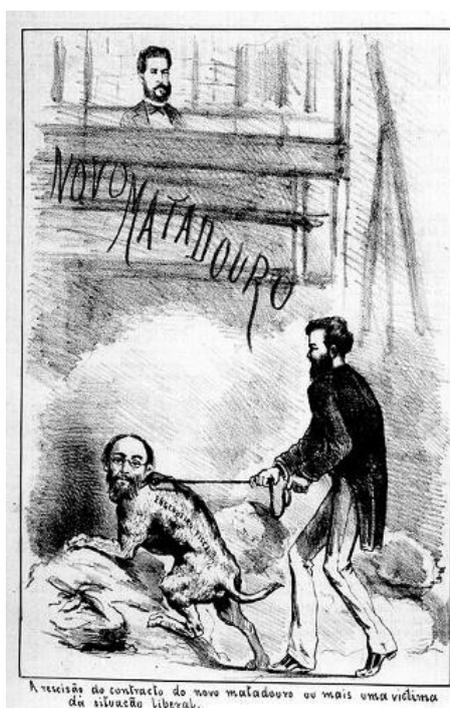


Figura 1: Aarão Reis à caça de Augusto Coimbra, guiado por Leôncio de Carvalho [106]

6 A TRAJETÓRIA DE AUGUSTO TEIXEIRA COIMBRA APÓS A RESCISÃO DO CONTRATO

Antes mesmo da rescisão do contrato e diante do cenário desfavorável que se projetava em relação às obras do matadouro, Augusto Coimbra procurou alternativas para se manter financeiramente. Em junho de 1878, solicitou à câmara autorização para construção de uma galeria entre as ruas do Ouvidor, Sete de Setembro, Gonçalves Dias e Ourives [141]. O pedido foi indeferido em despacho do médico Barão de Canindé, sob a alegação de que cubículos laterais destinados a venda de produtos seriam mais insalubres que um cortiço e que a existência de 255 galerias semelhantes em Paris não justificava a autorização, pois a humidade excessiva do solo e da atmosfera brasileira diferia da europeia [24]. Em setembro, Augusto Teixeira adquiriu um patacho para o transporte de mercadorias. Há registro de atracamento de seu barco no Porto de Itaguaí com carregamento de dormentes [83, 98].

No final de dezembro de 1879, Manoel Coimbra faleceu [59]. Em novembro de 1874 havia solicitado afastamento da gerência da Estação de Ferro D. Pedro II por problemas de saúde [81]. Não há registros de que tenha voltado à ativa. Antes de morrer, Manoel Coimbra teve reconhecida a motivação política de sua demissão, ocorrida mais de trinta anos atrás. Em um pedido de aposentadoria enviado ao governo em 1872, o jovem engenheiro Vieira Souto o descreveu como antigo e honrado funcionário do tesouro e da secretaria de governo, demitido por causas políticas. A discussão sobre sua aposentadoria se prolongou até 1873, mas, apesar de reconhecer a arbitrariedade da demissão, a câmara negou o pedido sob o argumento de que o pagamento de retroativos iria onerar os cofres públicos, e sugeriu a elaboração de uma emenda determinando que a pensão contasse a partir daquela data [11].

Em dezembro de 1884, Augusto Teixeira mudou-se com a esposa e quatro filhos para Fortaleza, onde foi trabalhar como engenheiro hidráulico fiscal do porto [129]. Em 1888 passou a cumular a função de fiscal com a de engenheiro de obras públicas do Ceará, sem aumento dos vencimentos [117]. Nesse ano, trabalhou no abarracamento de imigrantes em Jacareacanga e em obras realizadas em São Bernardo (hoje distrito de Quixadá) e Aracati [20].

Em agosto de 1889 Coimbra foi demitido junto com vários outros engenheiros cearenses [150]. Em setembro foi contratado interinamente para o cargo de engenheiro provincial, período em que elaborou uma proposta de melhoria da rede de esgoto de Fortaleza, deu continuidade aos trabalhos em Aracati e São Bernardo [20, 135] analisou o sistema de água potável de Fortaleza [3] e realizou obras nos açudes de Gererahu, Papara e Acarape [76]. Em 1890, foi transferido para o cargo de engenheiro do 1º distrito dos Portos Marítimos [100] e, em janeiro de 1891 assumiu o cargo de inspetor do mesmo distrito [5], posição que deixou em maio para ocupar, também interinamente, a função de 1º engenheiro da Estrada de Ferro de Baturiré [6].

Em julho de 1893 afastou-se dos serviços na estrada de ferro por problemas de saúde [22, 62] e, em 1895, aposentou-se [99]. Por duas vezes, em 1900 e 1901, teve negado seu pedido para que fossem computados no valor da pensão, todo o tempo dedicado ao serviço público [15, 25, 26]. Em dezembro de 1904 faleceu no Rio de Janeiro, aos 65 anos [95].

Não há, na trajetória de vida de Augusto Teixeira Coimbra, indícios de que tenha acumulado fortuna durante as obras do matadouro de Santa Cruz.

7 CONCLUSÕES

A polarização entre o Partidos Liberal e o Partido Conservador adquire dimensão humana na história da família Coimbra, sujeita às práticas comuns no sistema político imperial, muitas

das quais perpetuadas, e que incluíam acusações de caráter pessoal por meio da imprensa, demissões em massa, descontinuidade de obras públicas e uma série de ações que se sobrepujam aos interesses da população e dos indivíduos.

A replicação dos textos do Ministério dos Negócios em vários veículos foi favorável à construção de um perfil negativo de Augusto Coimbra, descrito por Aarão Reis como um empresário desonesto que teria descumprido cláusulas do contrato com o objetivo de obter vantagens financeiras. A sequência de eventos aqui narrados revela um cenário distinto, onde engenheiro e matadouro figuram como peças do jogo político entre Liberais e Conservadores.

A rescisão do contrato, decretada tendo como justificativa o abandono das obras por mais de um mês e o não retorno aos trabalhos no prazo ordenado, sem menção às diversas acusações publicadas na imprensa, demonstra que o governo estava ciente de que as denúncias não seriam acatadas pela justiça, pois todos os procedimentos adotados durante a construção do matadouro haviam sido documentados. Entretanto, o uso de força policial não autorizada pela justiça, coordenado pelo ministério como ação de sequestro do matadouro, exemplifica a falta de respaldo institucional ao qual as empresas estavam sujeitas no período.

Francisco Pereira Passos, Christiano Benedicto Ottoni e Aarão Leal de Carvalho Reis, engenheiros diretamente envolvidos na questão do matadouro, seguiram carreiras políticas e tiveram seus nomes grafados na história do país. A biografia de Aarão Reis enaltece sua luta, durante a juventude, contra os empreiteiros das obras do matadouro [13].

Passos, Ottoni e Leal representavam diferentes gerações de profissionais graduados pela Escola Militar (posteriormente Escola Central e Escola Politécnica), cujos membros estavam integrados à classe política do país. Augusto Coimbra, por sua vez, graduou-se na Inglaterra, onde viveu por quase dez anos e não possuía os mesmos laços sociais. Apesar de manter boas relações com intelectuais e artistas, carecia da articulação necessária aos prestadores de serviços públicos. A morte do amigo Pedro Farani, que representava o elo entre a empresa e o meio político foi um fator desestruturante na gerência do contrato.

Após o evento do matadouro, as tentativas posteriores de Augusto Coimbra de atuar no setor privado não foram bem sucedidas, tendo ele trabalhado como funcionário público não efetivo a maior parte de sua vida, sem jamais ter alcançado a projeção social e política da maioria dos engenheiros envolvidos na questão.

Agradecimentos

Aos funcionários da Biblioteca Nacional; aos funcionários do Arquivo da Universidade de Coimbra; à Cathy Willians, funcionária da Biblioteca do King's College de Londres.

REFERÊNCIAS

- [1] A Amnistia. *O Brasil: Vestra res Agitur (RJ)*, Rio de Janeiro, 512:2, 5 de março, 1844.
- [2] A Exposição Internacional de Londres, 1862. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 73:2, 15 de março, 1864.
- [3] Abastecimento D'água. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 233:1, 18 de outubro, 1889.
- [4] Actos do Sr. Aureliano. *O Brasil: Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 530:4, 25 de abril de 1844.
- [5] Actos Officiais. *O Cearense*, Fortaleza, 104:2, 20 de maio, 1891 (1891a).
- [6] Actos Officiais. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, 265:5, 14 de setembro, 1891, (1891b).
- [7] Amostra de Pano. *Correio Official da Província*, Rio de Janeiro, 392:4, 24 de abril, 1844.

- [8] Arrematações Judiciais. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 110:6, 24 de setembro, 1869.
- [9] Artigos de Ofício. Expediente do Ministério de Fazenda. *Império do Brasil. Diário do Governo*, Fortaleza, 19:2, 2 de julho, 1832.
- [10] As Demissões na Província. *Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 530:4, 20 de junho, 1844.
- [11] Assembleia Legislativa. Sessão de 14 de dezembro de 1872. *Anais da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1:393, 14 de dezembro, 1872.
- [12] Aviso. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 296:1, 26 de outubro, 1876.
- [13] A.V.A.S. Blake. *Dicionário Bibliographico Brasileiro*. Typographia Nacional, volume 1, 1883.
- [14] Boatos Razoáveis. *O Brasil: Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 511:3, 2 de março, 1844.
- [15] Boletim do Congresso. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 233:1, 21 de agosto, 1901.
- [16] Brasil. *Anexos do Relatório da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte*. Rio de Janeiro, março:2, 1875.
- [17] Brasil. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa no ano de 1876 na 1ª sessão da 16ª legislatura*. Typografia Nacional, 1877.
- [18] Brasil. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 20ª legislatura*. Typografia Nacional, 1878.
- [19] Brasil. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura*. Typografia Nacional, 1879.
- [20] Brasil. Ministério do Império. *Relatório apresentado à Assembléa Geral Legislativa na 4ª sessão da 20ª legislatura*. Typografia Nacional, 1889.
- [21] Burton, R. F. *The Highlands of the Brazil*. Tinsley Brothers, 1869.
- [22] Camara dos Deputados. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 148:2, 28 de maio, 1893.
- [23] Camara Municipal. *Boletim da Illustrissima Camara* contendo todos os seus trabalhos relativos ao mês de março. 45ª sessão em 04 de março de 1874, Typografia do Diário do Rio de Janeiro, 3–11, 1874.
- [24] Camara Municipal. *Boletim da Illustrissima Camara*. Sessão em 19 de dezembro de 1878. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 353:2, 20 de dezembro, 1878.
- [25] Camara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 163:2, 12 de junho, 1901.
- [26] Camara. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 45:2, 13 de julho, 1900.
- [27] V. A. Capelli. *Belle Époque Italiana no Rio de Janeiro*. EDUFF ED. Série Universidade, 2015.
- [28] C.L. Carvalho. *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 236:2, 16 de outubro, 1878.
- [29] Casamentos. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 299:2, 29 de outubro, 1871.
- [30] Chronica Local. *O Globo*. Órgão da Agencia Americana Telegraphica, 258:2, 21 de setembro, 1875.
- [31] Chronica Política. *A Reforma*. Órgão Democrático, 66:2, 4 de janeiro, 1878.
- [32] A. T. Coimbra. O Senador Pompeu. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 252:3, 12 de setembro, 1875.
- [33] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro I. *Jornal do Commercio*, 317:4, 13 novembro, 1878.

- [34] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro II. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 320:2, 16 novembro, 1878.
- [35] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro III. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 321:3, 17 novembro, 1878.
- [36] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro IV. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 323:3, 18 novembro, 1878.
- [37] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro V. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 322:4, 19 novembro, 1878.
- [38] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VI. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 324:3, 20 novembro, 1878.
- [39] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VII. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 325:3, 21 novembro, 1878.
- [40] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VIII. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 326:4, 22 novembro, 1878.
- [41] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro IX. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 327:2, 23 novembro, 1878.
- [42] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro X. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 328:3, 24 de novembro, 1878.
- [43] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XI. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 329:4, 25 novembro, 1878.
- [44] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XII. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 333:5, 29 novembro, 1878.
- [45] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XIV. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 339:3, 1 de dezembro, 1878.
- [46] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XV. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 340:5, 3 dezembro, 1878.
- [47] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro III. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 6:3, 6 de janeiro, 1879.
- [48] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro IV. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 12:3, 12 de janeiro, 1879.
- [49] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro V. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19:7, 19 de janeiro, 1879.
- [50] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VI. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26:3, 26 de janeiro, 1879.
- [51] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 35:3, 3 de fevereiro, 1879.
- [52] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro VIII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 40:2, 9 de fevereiro, 1879.
- [53] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro IX. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 48:2, 17 de fevereiro, 1879.
- [54] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro X. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 54:5, 23 de fevereiro, 1879.
- [55] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XI. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de

- Janeiro, 61:3, 2 de março, 1879.
- [56] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 68:3, 9 de março, 1879.
- [57] A. T. Coimbra. Obras do Novo Matadouro XIII. 2ª série. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 75:3, 16 de março, 1879.
- [58] M. T. Coimbra. Declarações. *Correio da Tarde*, Rio de Janeiro, 83:4, 13 de abril, 1848.
- [59] Coluna de Óbitos. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1:5, 1 de janeiro, 1880.
- [60] Commercio. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 170:5, 20 de junho, 1875.
- [61] Como se gasta o dinheiro. *Carbonário*, Rio de Janeiro, 23:1, 30 de setembro, 1881.
- [62] Congresso Nacional. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 190:2, 9 de julho, 1893.
- [63] Corpo Legislativo. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 250:2, 10 de setembro, 1875.
- [64] Correio da Casa. *Carbonário*, Rio de Janeiro, 31:1, 28 de outubro, 1881.
- [65] E. M. Costa. *Do Boi só não se aproveita o berro! O comércio de carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil, 2017.
- [66] Declarações. Associação Central de Colonização. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 336:3, 13 de dezembro, 1858.
- [67] Declarações. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 295:2, 5 de novembro, 1842.
- [68] Diretoria das Obras Municipais. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 27:4, 24 de setembro, 1874.
- [69] J. S. Drumond. *O gabinete de 2 de fevereiro de 1844 e o seu papel no processo de consolidação monárquica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2017.
- [70] Editaes. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 193:3, 19 julho, 1876.
- [71] G. Ermakoff. *Dicionário Biográfico Ilustrado de Personalidades da História do Brasil*. G. Ermakoff Casa Editorial, 2012.
- [72] Exterior. *Diário de Pernambuco*, Recife, 74:1, 1 de março, 1862.
- [73] Factos Diversos. *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 213:3, 18 de setembro, 1878.
- [74] Factos Diversos. *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 265:2, 21 de novembro, 1878.
- [75] B. Freitas. *O Matadouro de Santa Cruz (cem anos a serviço da comunidade)*. Coimbra: Edição do autor, 1977.
- [76] Governo da Província. *Gazeta do Norte*, Fortaleza, 212:1, 24 de setembro, 1889.
- [77] C. G. Haring. *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1870*. E.H. Laemmert, 27, 1870.
- [78] O. Hudson. *Peregrinas*. Poesias. José Mindlin Ed., 1874.
- [79] Illma. Camara Municipal. Declaração de voto. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 17:3, 17 de janeiro, 1874.
- [80] Imprensa. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 105:2, 16 de abril, 1879.

- [81] Interior. Notícias do Sul. *A Província*, órgão do partido liberal, Recife, 453:3, 1874.
- [82] Interior. Parte Official. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7265:1, 18 de novembro, 1845.
- [83] Junta Commercial. Sessão em 5 de setembro. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 250:3, 8 de setembro, 1878.
- [84] Jury da Corte. *O Repórter*, Rio de Janeiro, 50:2, 22 de fevereiro, 1879.
- [85] King's College. *The Calendar of King's College, London*, for 1854-1855, 1855-1856, 1857-1858, 1858-1859. London: Jonh W. Parker.
- [86] E. Laemmert. *Almanak Administrativo*, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1849. E.H, Laemmert, 6, 1849.
- [87] E. Laemmert. *Almanak Administrativo*, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1852. E.H, Laemmert, 9, 1852.
- [88] E. Laemmert. *Almanak Administrativo*, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1866. E.H, Laemmert, 10, 1866.
- [89] E. Laemmert. *Almanak Administrativo*, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1876. E.H, Laemmert, 32, 1876.
- [90] E. Laemmert. *Almanak Administrativo*, Mercantil e Industrial da corte e Província do Rio de Janeiro para o ano de 1880. E.H, Laemmert, 37, 1880.
- [91] Lamentável Sucesso. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 45:4, 1878.
- [92] O. H. Leonardos. *Geociências no Brasil*. A contribuição britânica. Editora Fórum. 1970.
- [93] Mais uma do Leoncio. *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 165:3, 26 de abril, 1879.
- [94] Ministério da Marinha. *Boletim do Expediente do Governo*. Ministério do Império. Rio de Janeiro, T. 20. Typografia Imperial e Constitucional de J. Villeneuve, 13, maio, 1861.
- [95] Missas. *Jornal do Brasile*, Rio de Janeiro, 364:5, 29 de dezembro, 1905.
- [96] Movimento do Porto. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 7265:4, 17 de maio, 1854.
- [97] Movimento do Porto. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 152:4, 3 de junho, 1863.
- [98] Movimento do Porto. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ed. 293, 21 de outubro., p. 3, 1878.
- [99] Nota. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 45:2, 14 de fevereiro, 1895.
- [100] Notas. *O Libertador*. Órgão da Sociedade Cearense Libertadora, Fortaleza, 291:2, 23 de dezembro, 1890.
- [101] Notícias Diversas. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 211:1, 5 de agosto, 1858.
- [102] Notícias Diversas, *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 101:1, 11 de abril, 1867.
- [103] Novo Matadouro. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 31:2, 31 de janeiro, 1874.
- [104] Novo Matadouro. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 357:2, 27 de dezembro, 1874.
- [105] Novo Matadouro. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 15:2, 15 de janeiro, 1875.
- [106] Novo Matadouro. *O Mequetrefe*, Rio de Janeiro, 165:7, 26 de abril, 1879.
- [107] O que se espera o dia 14. *Vestra res Agitur (RJ)*, Rio de Janeiro, 515:2, 12 de março, 1844.
- [108] Obras do Novo Matadouro IV (Diário Official). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 274:1, 1 de dezembro, 1878.

- [109] Obras do Novo Matadouro V (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 276:!, 5 de dezembro, 1878.
- [110] Obras do Novo Matadouro VI (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 278:1, 7 de dezembro, 1878.
- [111] Obras do Novo Matadouro VII (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 282:1, 12 de dezembro, 1878.
- [112] Obras do Novo Matadouro IX (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 289:1, 20 de dezembro, 1878.
- [113] Obras do Novo Matadouro X (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 294:1, 27 de dezembro, 1878.
- [114] Obras do Novo Matadouro XI (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 297:1–2, 31 de dezembro, 1878.
- [115] Obras do Novo Matadouro XII (Diário Oficial). *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 3:1, 4 de janeiro, 1879.
- [116] Obras do Novo Matadouro. *Revista de Engenharia*, Rio de Janeiro, 12:193, dezembro, 1881.
- [117] Obras Provinciais no Ceará. *Revista de Engenharia*, 199:272, 1888.
- [118] Obrigação do Sócio Sobrevivente. *Gazeta Jurídica*. Revista Mensal de Doutrina, Jurisprudência e Legislação, Rio de Janeiro, 14: 145, jan a março, 1877.
- [119] Os Boatos. *O Brasil: Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 513:3, 7 de março, 1844.
- [120] Os Boatos. *Conservador*, Rio de Janeiro, 2:4, 16 de abril, 1844 (1844b).
- [121] Para o Ministério e o Sr. Aureliano verem. *Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 559:1, 13 de julho, 1844.
- [122] Parabéns. *O Echo*. Periódico Literário, Noticioso e Recreativo, 5:3, 13 maio, 1893.
- [123] Parte Oficial. *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 160:1, 17 julho, 1878.
- [124] Parte Oficial. *A Reforma*. Órgão Democrático, Rio de Janeiro, 21 de setembro., ed. 215, p.2, 1878.
- [125] Parte Oficial. Expediente da Presidência. *Correio Paulistano*, São Paulo. ed. 2786, 10 de setembro., p. 1, 1865.
- [126] Parte Oficial. Expediente da Presidência. *Correio Paulistano*, São Paulo. ed. 2828, 27 de outubro., p. 1, 1865.
- [127] Parte Oficial. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, ed. 263, 24 de setembro., p. 2, 1858.
- [128] Parte Oficial. Província do Rio de Janeiro. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 6603:1, 24 de abril, 1844.
- [129] Passageiros. *O Cearense*, Fortaleza, 276:2, 12 de dezembro, 1884.
- [130] Proezas do Sr. Aureliano. *O Brasil: Vestra res Agitur*, Rio de Janeiro, 530:4, 27 de abril, 1844.
- [131] Publicação A Pedido. *Correio Oficial da Província*, Rio de Janeiro, 399:1, 2 de maio, 1844.
- [132] Publicação A Pedido. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 301:1, 31 de outubro, 1876.
- [133] Publicações do Foro. Edital em praça com prazo de 20 dias. *Correio Mercantil*, 231:4, 22 de agosto, 1868.

- [134] Relação de empregados que ficão pertencendo à Thesouraria da Província do Rio de Janeiro. *Correio Official*, Rio de Janeiro, 8:30, 12 de janeiro, 1835.
- [135] Relatório. *A Constituição*, Fortaleza, 152:1, 3 de setembro, 1889.
- [136] Requerimentos Despachados. *Correio Paulistano*, São Paulo, 4015:2, 26 de abril, 1869.
- [137] F. A. N. Santos. *Meios de Transporte no Rio de Janeiro – História e legislação*. 1, 2. Tipografia do Jornal do Commercio, 1934.
- [138] S. R. L. Santos. *Expansão urbana e estruturação de bairros no Rio de Janeiro – o caso Botafogo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1981.
- [139] V. C. Santos. “*As ordens necessárias para o agasalho e sustento dessa gente*”: *hospedagem e recepção de imigrantes na província e na corte do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Brasil, 2020.
- [140] I. Satin. A presença da cultura italiana nas crônicas de Machado de Assis. *Revista de Letras Norte@mentos*, 11(25):29–46, 2018.
- [141] Secção Official. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 69:1, 16 de junho, 1878.
- [142] Sessão do Conselho de 2 de janeiro de 1869. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, 1(2):41, fevereiro, 1869.
- [143] Sessão do Conselho de 3 de janeiro de 1870. *O Auxiliador da Indústria Nacional*, Rio de Janeiro, 1(1):3, janeiro, 1870.
- [144] Tredoux, G. (Org.). *The book of Burtoniana*. Letters and Memoirs of Sir Richard Burton, 2, 2016.
- [145] Universidade de Coimbra. *Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados no ano letivo de 1823 para 1824, de 1824 para 1825, de 1825 para 1826, de 1826 para 1827, de 1827 para 1828, suas naturalidades, filiações e moradas*. Real Imprensa da Universidade.
- [146] Universidade De Coimbra. *Relação do todos os indivíduos que compuseram o Batalhão de Voluntários Acadêmicos organizado e armado em 1826 para 1827*. Real Imprensa da Universidade, 1828
- [147] Vasconcelos, B. P. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Editora do Senado, 2015.
- [148] Vara Civil Do Rio De Janeiro. *Base de dados do Acervo Judiciário do Arquivo Nacional*, 2009.
- [149] L. Viana Filho. *A vida de José de Alencar*. Livraria José Olympio Editora, 1979.
- [150] Viva o Nó da Pea. *Pedro II*, Fortaleza, 12:2, 8 de agosto, 1889.